

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

---

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844

website : [www.africa-union.org](http://www.africa-union.org)

---

**CONSELHO EXECUTIVO**  
**Décima-Quarta Sessão Ordinária**  
**26 – 30 de Janeiro de 2009**  
**Adis Abeba, Etiópia**

**EX.CL/480 (XIV)**

**RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS DAS**  
**FINANÇAS E PLANIFICAÇÃO E DOS GOVERNADORES DOS BANCOS**  
**CENTRAIS AFRICANOS SOBRE O IMPACTO DA CRISE FINANCEIRA**  
**INTERNACIONAL**  
**(Tunis, 12 de Novembro de 2008)**

**NOTA INTRODUTÓRIA AO RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS  
AFRICANOS DAS FINANÇAS E PLANIFICAÇÃO E DOS GOVERNADORES DOS  
BANCOS CENTRAIS AFRICANOS SOBRE O IMPACTO DA CRISE FINANCEIRA  
INTERNACIONAL**  
**(Tunis, 12 de Novembro de 2008)**

1. Face a grande crise financeira mundial, de uma forma inigualável desde há um século que desenvolver desde Julho de 2008, após ter aparecido nos Estados Unidos com a crise dos créditos hipotecários iniciada em 2007, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), A Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA) e a Comissão da União Africana organizaram conjuntamente uma Conferência dos Ministros Africanos das Finanças e Planificação bem como dos Governadores dos Bancos Centrais Africanos para discutir o impacto desta situação sobre as economias do continente e os debates em curso sobre a reforma da arquitectura financeira internacional.
2. Aquando desta Conferência, os Ministros concluíram que a crise afectará os Países africanos essencialmente pelos seus efeitos de procura exterior das economias desenvolvidas e sobre os fluxos financeiros (ajuda pública e investimentos directos) recebidos destes últimos. As consequências directas desta crise são limitadas e foram sobretudo observadas nos Países africanos dotados de sector financeiro avançado. Eles relevaram igualmente que a aceleração da integração regional, particularmente nos domínios do comércio e das infra-estruturas, deverá permitir de reduzir a pressão dos choques externos sobre as economias africanas.
3. No Comunicado publicado no fim da Conferência, Os Ministros, lamentando a marginalização da África nas discussões relativas ao futuro económico e financeiro do Mundo, nomeadamente na Cimeira do G20, de 15 de Novembro de 2008, sublinharam que uma crise de natureza mundial requer uma resposta mundial. Apelaram igualmente para a aplicação de um «novo multilateralismo .... o qual reflecte as novas realidades do Mundo e assegura uma representação adequada da maioria dos Países».
4. Finalmente, os Ministros se comprometeram em criar um Comité restrito de Ministros e Governadores para elaborar uma posição africana sobre as questões de voz e representação da África nas discussões sobre a reforma do sistema financeiro internacional. Os trabalhos deste Comité serão apoiados por um Secretariado constituído pelo BAD, CEA e Comissão da UA.

I.

**AFRICAN UNION**  
**الاتحاد الأفريقي**



**UNION AFRICAINE**  
**UNIÃO AFRICANA**

---

Addis Ababa, ETHIOPIA    P. O. Box 3243    Telephone : 517 700    Fax : 517844  
website : [www.africa-union.org](http://www.africa-union.org)

---

**RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS DAS FINANÇAS E  
PLANIFICAÇÃO E DOS GOVERNADORES DOS BANCOS CENTRAIS AFRICANOS  
SOBRE A CRISE FINANCEIRA ACTUAL E SEU IMPACTO SOBRE A ÁFRICA  
(Tunis, Tunísia, 12 de Novembro de 2008)**

# **RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS DAS FINANÇAS E PLANIFICAÇÃO E DOS GOVERNADORES DOS BANCOS CENTRAIS AFRICANOS SOBRE A CRISE FINANCEIRA ACTUAL E SEU IMPACTO SOBRE A ÁFRICA (Tunis, Tunísia, 12 de Novembro de 2008)**

## **1. Introdução**

A Conferência dos Ministros Africanos das Finanças e Planificação e dos Governadores dos Bancos Centrais africanos sobre a crise financeira actual e seu impacto sobre a África convocada por iniciativa do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e organizada em colaboração com a Comissão da União Africana e a Comissão Económica das Nações Unidas para África, realizou-se em Tunis em 12 de Novembro de 2008. A Delegação da Comissão, dirigida pelo seu Presidente, Dr. Jean Ping, integrou igualmente o Comissário dos Assuntos Económicos, Dr. Maxwell Mkwezalamba, a Senhora Habiba Merj-Sceik, Chefe da Divisão de Informação e Comunicação, Senhor Abdallah Msa, Chefe da Divisão de Políticas Económicas e Investigações, Senhor Djimadoum Mandekor, Economista Principal e Fliiss Liwaaddine, Economista.

A maioria dos Países e dos Bancos Centrais africanos esteve presente neste encontro o qual contou com a participação dos responsáveis das Comunidades Económicas Regionais e dos Bancos Sub regionais e Regionais de desenvolvimento. Assistiram também os trabalhos presididos pelo Primeiro-ministro tunisino, Senhor Mohammed Ghannouchi, Representantes do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e o Secretário de Estado francês da Cooperação e Francofonia, este em representação da Presidência da União Europeia.

No seu discurso liminar, o Presidente do Grupo do BAD, Dr. Donald Kaberuka sublinhou que a crise financeira actual ameaça as fontes do crescimento que a África conheceu nos últimos cinco anos: exportações, investimentos directos estrangeiros (IDE), ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e transferência de fundos dos emigrantes. Ele indicou igualmente que a Conferência deveria endereçar uma mensagem forte à comunidade internacional sobre a necessidade de se preservar o crescimento da economia mundial. O Presidente do BAD declarou igualmente que a consolidação da estabilidade financeira internacional deverá favorecer os interesses de todos os Países.

Intervindo em seguida, o Senhor Abdoulie Janneh, Secretário Executivo da Comissão Económica para África sublinhou, por sua vez, que se a crise financeira em curso provocasse a recessão económica global, arriscava, segundo o Banco Mundial, aumentar mais de cem milhões o número de pobres no Mundo. Por conseguinte solicitou aos Ministros africanos para apoiarem a África do Sul para que este País possa falar em nome de todo o continente aquando do encontro do G20 previsto para 15 de Novembro de 2008 e reclama a criação de um sistema monetário e financeiro internacional favorecedora da boa governação financeira para todos.

No seu discurso, o Presidente da Comissão da União Africana afirmou que este encontro extraordinário dos Ministros e Governadores africanos constitui um verdadeiro conselho de guerra, tendo em conta a gravidade dos desafios. Além da África do Sul

pertencer aos G20 em virtude do carácter emergente da sua economia, o Presidente da Comissão declarou que a África, forte dos seus 53 Países e pela sua população cuja proporção do total mundial vai crescendo merece estar directamente presente aquando o destino económico do planeta discutisse e decidisse. Para melhor se situar num mundo caracterizado pela inter dependência e globalização, ele recomendou aos Países Africanos para organizarem-se a fim de reagir mais rapidamente sobre sérios desafios conjunturais futuros.

Enfim, face a vulnerabilidade dos Países africanos aos choques exteriores, o Primeiro-ministro tunisino, no seu discurso de abertura da Conferência insistiu na necessidade das economias africanas aumentar a sua competitividade redireccionando-se para os sectores de crescimento duradouro como a agricultura, infra-estruturas e mundo de negócios. Além disto, o Senhor Ghannouchi sublinhou a importância de criar um sector financeiro nacional sólido e um adequado sistema de regulação.

## **2. Debates, conclusões e recomendações da Conferência**

Sob a presidência conjunta do Dr. Donald Kaberuka, Dr. Jean Ping e do Senhor Abdoulie Janneh, as intervenções dos Ministros e Governadores foram precedidas por duas breves apresentações, uma relativa a actual crise financeira mundial e as possibilidades de atenuar o impacto esperado sobre as economias africanas e a segunda sobre a análise das implicações desta crise para a arquitectura financeira internacional e a posição da África em relação às iniciativas em curso, incluindo a reunião dos G20 de 15 de Novembro de 2008.

### *a. A actual crise financeira, impacto sobre África e as possíveis respostas*

A nota introdutória sublinha genericamente que, tendo em conta a fraca inserção da África na esfera financeira internacional, os efeitos imediatos da actual crise financeira pode ser contida. A curto prazo, os IDE se compactarão e os APD estagnarão. A médio e longo prazos o abrandamento do crescimento económico mundial suscitará a redução de receitas de exportação e em consequência as das receitas orçamentais e de reservas em divisas.

Para atenuar as repercussões negativas imediatas desta crise, os Países que dispõem de um excedente orçamental e de reservas internacionais substanciais podem utilizar uma parte destes recursos para estimular a sua economia. A médio prazo, soluções apropriadas devem ser encontradas tanto por cada País como pelas comunidades económicas regionais e ao nível continental nomeadamente intensificando a integração económica.

Os debates sobre este tema produziram as seguintes principais observações e conclusões:

- Pelos seus efeitos sobre o crescimento das economias desenvolvidas que começaram a se manifestar, a actual crise financeira afectará igualmente os Países africanos;

- A aceleração da integração regional, particularmente nos domínios do comércio e das infra-estruturas deverá permitir reduzir a pressão dos choques exteriores sobre as economias africanas. A Decisão tomada recentemente pela Comunidade da África Oriental (CAE), o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) de fundirem as suas organizações num horizonte próximo foi com vigor saudada pois vai neste sentido;
- A diversificação das economias africanas através da melhoria das condições de investimento (energia, transporte, ordenamento jurídico, etc) e a produtividade das empresas limita os impactos das flutuações da conjuntura internacional;
- A margem de manobra fiscal existente em certos Países deverá ser judiciosamente utilizada para limitar o impacto social da crise, manter o crescimento e o desenvolvimento tendo em conta os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (ODM);
- A política monetária e de reservas internacionais deve adaptar-se ao contexto actual e ser suficientemente flexível para evitar tanto a recessão como os equilíbrios macroeconómicos;
- A revisão em curso dos instrumentos e o apoio das instituições multilaterais de financiamento (BAD, FMI, etc..) à luz da crise actual deve rapidamente desembocar em soluções apropriadas para as economias africanas.

*b. A actual crise financeira e a nova arquitectura financeira internacional*

A mundialização dos mercados aumenta a fragilidade de todas as economias aos choques exteriores. Enquanto o mercado financeiro internacional é global, a regulação e a supervisão das operações financeiras permanecem nacionais ou regionais não obstante as recentes crises vividas pelo México, em 1994-1995, e Ásia do Sudeste em 1997-1998.

Embora se tenham registadas mudanças no mundo na distribuição de riqueza, as trocas e reservas internacionais como influência substancial nas economias emergentes, as instituições financeiras internacionais continuam dominadas pelos Países industrializados e a sua actividade não atingiu plenamente a supervisão das inovações financeiras. A voz de África é particularmente fraca neste domínio, mesmo após os ajustamentos marginais registados este ano pelo Banco Mundial e o FMI. Assim, as reformas preconizadas e que serão nomeadamente debatidas durante a Cimeira dos G20, de 15 de Novembro de 2008 deverão tomar em conta as preocupações da África relativamente a sua melhor representatividade aquando das discussões relativas ao futuro do Mundo, a garantia de uma boa liquidez financeira internacional na perspectiva de manutenção do objectivo único de crescimento económico e de desenvolvimento.

Os debates produziram as seguintes principais conclusões e recomendações:

- Apesar de uma extensão da presença africana na próxima reunião dos Chefes de Estado dos G20, a África deverá obter uma presença mais importante nos grupos de trabalho que forem criados;
- A nova governação mundial, económica e política, deverá ser inclusiva e envolver tanto as economias desenvolvidas, como as economias emergentes e os Países Menos desenvolvidos;
- É de se exigir a participação dos Países africanos nos trabalhos do Fórum de Estabilidade financeira, instância de concertação criada após a crise asiática 1997-1998, o qual reagrupa os Países do G7 e as Instituições Financeiras Internacionais (Banco Mundial, Banco dos Regulamentos Internacionais, BRI, FMI, OCDE, Organização Internacional das Comissões de valores, OICV, reguladores das bolsas e financeiros etc..) bem como Países e organizações convidadas (Austrália, Países Baixos, Hong Kong, Singapura, Conselho das Normas de contabilidade Internacional, IASB, Banco Central Europeu);
- A África deverá igualmente falar de uma só e mesma voz em Doa (Qatar) em finais de Novembro de 2008, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o financiamento do desenvolvimento. Ela deverá principalmente afirmar a necessidade da comunidade financeira internacional respeitar os compromissos assumidos em matéria de ajuda ao desenvolvimento;
- Na nova arquitectura financeira internacional, o FMI deverá ter um papel central com objectivos redefinidos no espírito original de Bretton Woods no qual o desenvolvimento humano e a luta contra a pobreza são essenciais. As Instituições Financeiras Regionais de desenvolvimento como o BAD deverão obter um papel;
- Tendo em conta que as operações financeiras transfronteiriças se desenvolvem em África, é importante institucionalizar uma cooperação entre os organismos africanos de supervisão e de harmonização das compensações bancárias e financeiras;
- É indispensável a criação de um Comité de Ministros e Governadores dos Bancos Centrais para elaborar propostas africanas relativas a renovação do sistema financeiro internacional.

### **3. Recomendações para a Comissão da União Africana**

A Conferência de Tunis foi pioneira em África no domínio do debate em volta das questões económicas contemporâneas. Com efeito, esta concertação dos Ministros e Governadores dos Bancos Centrais Africanos conjuntamente organizado pelo BAD, CEA e a Comissão da União Africana para reflectir e propor soluções sobre um problema crucial da actualidade, é uma iniciativa inédita que merece ser saudada e reproduzida noutras ocasiões.

A Decisão de criar um Comité de Ministros e Governadores dos Bancos Centrais para preparar propostas africanas sobre o funcionamento do sistema financeiro internacional deverá ser rapidamente concretizada. Tendo em conta a urgência da situação, a composição do referido Comité poderá ser proposta pela Comissão ao BAD e à CEA e depois submetida ao actual Presidente da União Africana antes de ser recomendada para decisão na próxima Cimeira da UA.

O Comité poderá ser composto por seis (6) Ministros provenientes dos Países Membros do actual Direcção da União Africana, cinco dos quais representam as diferentes regiões da UA e da África do Sul para beneficiar das experiências deste País nas actividades do G20. Serão igualmente Membros do Comité cinco (5) Bancos Centrais Membros do Bureau da Associação dos Bancos Centrais Africanos (ABCA) e o Banco Central Sul africano. NO mesmo período a Comissão deverá apresentar a proposta da composição do Secretariado conjunto às três instituições concernentes.

Por ocasião da Segunda Conferência conjunta dos Ministros das Finanças, Economia e da Planificação organizada pela CEA e a Comissão da UA poderão ser analisados os resultados dos trabalhos deste Comité. Na Agenda desta Conferência deverá constar igualmente um ponto: Aceleração da criação do Fundo Monetário Africano.



**EX.CL/480 (XIV)**  
**Anexo 1**

**COMUNICADO DA REUNIÃO DOS MINISTROS DAS FINANÇAS**  
**E PLANEAMENTO E GOVERNADORES DE BANCOS CENTRAIS**  
**12 de Novembro de 2008**



**COMUNICADO DA REUNIÃO DOS MINISTROS DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO E  
GOVERNADORES DE BANCOS CENTRAIS  
12 de Novembro de 2008**

1. Nós, os Ministros das Finanças e Planeamento e Governadores de Bancos Centrais reunimo-nos em Tunis sob a co-Presidência do Dr. Donald Kaberuka, Presidente do Grupo do Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), Sr. Jean Ping, Presidente da Comissão da União Africana, e o Sr. Abdoulie Janneh, Secretário Executivo da Comissão Económica para a África (CEA). A reunião foi convocada para analisar a crise financeira global e considerar opções para mitigar o seu provável impacto sobre as economias Africanas. Além disso, a reunião analisou as implicações da crise para o sistema financeiro internacional e como lidar com iniciativas novas e aqueles já em curso a partir de uma perspectiva Africana.
2. Notamos que esta crise não poderia ter surgido num momento pior para o continente Africano; ela constitui um grande revés numa altura em que as economias Africanas estavam a melhorar. Ela está a debilitar o progresso significativo feito nos últimos dez (10) anos e a agravar o impacto do recente aumento dos preços dos alimentos e a volatilidade dos mercados petrolíferos. As mudanças climáticas irão impor custos adicionais sobre as economias Africanas. Todos estes factores juntos terão um impacto particular sobre milhões de pobres em África. Estamos perante uma crise humana e também financeira. Preocupa-nos, portanto, que as perspectivas de redução da pobreza e alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio sejam reduzidas.
3. Está claro que uma crise global requer uma resposta global. Aplaudimos as acções empreendidas pelo Grupo de países conhecido como G8 para restaurar a estabilidade financeira e a confiança nos mercados, descongelar o crédito e os mercados financeiros, garantir o acesso à liquidez e recapitalizar e apoiar as importantes instituições financeiras para o aumento da procura. Saudamos os novos mecanismos estabelecidos pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), e os passos dados para prestar apoio urgente aos países com mercados emergentes. Apelamos estas instituições a prepararem-se para prestar o necessário apoio, de uma forma expedita e flexível, aos países Africanos que poderão sofrer do contágio.
4. Acreditamos que o abrandamento global irá diminuir as oportunidades de comércio, o acesso ao financiamento, o envio de dinheiro por migrantes e o Investimento Estrangeiro Directo (IED). Embora notamos que os efeitos da primeira onda da crise tenham sido relativamente limitados à deterioração das taxas de câmbios e das bolsas de valores, estamos seriamente preocupados com os efeitos adversos sobre as nossas economias a médio e longo prazo. Notamos que isto irá afundar as nossas perspectivas de crescimento

e apelamos os países desenvolvidos a tomar as medidas necessárias para apoiar o crescimento contínuo em África.

5. Concordamos, à luz da contínua volatilidade do mercado financeiro e de comodidades, aprofundar as reformas económicas na total convicção de que tais reformas terão servido bem os países Africanos, terão produzido forte estabilidade macroeconómica e promovido o crescimento e resistência aos choques externos. Concordamos fortalecer a regulamentação e fiscalização das nossas instituições financeiras e concentrar-se na gestão de riscos. Prosseguiremos com a necessária harmonização de políticas fiscais e monetárias ponderadas. Concordamos ainda em reforçar as estratégias de gestão de reservas destinadas a minimizar os prejuízos em tempos de crises financeiras. Continuaremos a envidar esforços no sentido de melhorar as estruturas de governação e prestação de contas.

6. Estamos inteiramente conscientes de que as exportações Africanas continuam sendo dominadas por matéria-prima e minerais. Notamos que a procura e os preços destes produtos já estão a ser desfavorecidos pela total e inédita perda de confiança do consumidor nas maiores economias. Consequentemente, reafirmamos a importância da diversificação económica; continuaremos a implementar políticas para este propósito, bem como a tomar medidas necessárias para a utilização sensata das receitas fiscais e das exportações, reconhecendo a necessidade de uma boa gestão da dívida externa. Concordamos intensificar os nossos esforços para promover a integração regional.

7. Comprometemo-nos a uma mobilização mais efectiva de receitas domésticas e melhoramento dos mercados Africanos de capitais para uma mobilização mais vigorosa das poupanças locais e integração financeira. Solicitamos ainda o BAD a intensificar os seus programas de mercados de capitais. Neste contexto, esperamos pela próxima Conferência Conjunta UA/CEA de Ministros das Finanças e Planeamento sobre este tema.

8. Notamos o programa de financiamento do BAD para o período compreendido entre 2008-2012, e as cinco áreas operacionais de destaque, nomeadamente infra-estruturas, governação, sector privado, agricultura e ensino superior, tecnologia e formação profissional. Por força da crise, encorajamos o BAD, em colaboração com outras IFIs, a continuar a concentrar-se nesta agenda de crescimento, enquanto examina o potencial para expandir as actividades de financiamento no âmbito dos seus vários programas para países afectados.

9. Exortamos para a conclusão com êxito da Ronda de Doha à luz das consequências da crise financeira sobre o comércio. Isto vai estimular a economia mundial e aumentar as oportunidades para os pobres, particularmente em África. Apelamos todos os países a abster-se de tendências proteccionistas. A luz da crise financeira, a Ronda de Doha deve prestar atenção especial à continuação das reformas nos serviços financeiros. Tomaremos todas as medidas para melhorar a capacidade de oferta das economias Africanas através do aumento da concorrência, desenvolvimento de infra-estruturas e promoção de uma maior integração económica a nível de África.

10. Reconhecemos o progresso registado em termos de alívio da dívida de África, e os esforços credíveis envidados para respeitar aos compromissos assumidos nas sucessivas Cimeiras do G8 e da UE, e na Cimeira do Milénio, para aumentar a ajuda a África. Exortamos que, apesar da crise financeira e dos desafios que esta coloca, os compromissos sejam mantidos e se dê a mesma atenção à melhoria da qualidade da ajuda em conformidade com os princípios acordados na Declaração de Paris e no Apelo

para Acção de Acra, e comprometemo-nos em desempenhar o nosso papel neste domínio. Apelamos à próxima Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento, a ter lugar em Doha, de 29 de Novembro a 2 de Dezembro de 2008, a endossar estas questões e a reconfirmar o compromisso continuado da comunidade internacional em prol do desenvolvimento.

11. Acolhemos com agrado a próxima reunião do G20 em Washington, que vai analisar questões relativas a arquitectura financeira internacional e governação. Esperamos ansiosamente por um processo com prazo estabelecido e por um plano de acção inclusivo. Solicitamos a África do Sul a transmitir as nossas ideias. Contudo, isto não deve substituir o nosso objectivo de uma maior participação Africana por forma a assegurar que a sua voz seja ouvida e os seus interesses sejam considerados. Somente desta forma o processo será transparente e as soluções propostas serão verdadeiramente globais. Esta crise demonstrou quão interligados estamos todos, os países desenvolvidos, as economias emergentes, os países de baixos rendimentos. Um novo acordo global deve ser inclusivo e deve reflectir os interesses de todos nas negociações e tomada de decisões. Apelamos para um “novo multilateralismo” que reflecta integralmente as actuais realidades e garanta representação adequada para todos os países.

12. Acolhemos com agrado a garantia dada pela União Europeia através da actual Presidência (França) de que irá manter os seus compromissos de aumentar a ajuda. Elogiamos o Presidente do Banco Mundial pelo seu engajamento no aumento do apoio para África.

13. Acolhemos com agrado a melhorada colaboração entre as instituições continentais e regionais em África, o BAD, a CUA e a CEA, e saudamos a iniciativa da organização desta reunião. Agradecemos o Presidente do BAD pela iniciativa e por nos ter acolhido em Tunis. Comprometemo-nos a organizar uma outra sessão extraordinária na eventualidade de se registarem alterações radicais de circunstâncias na situação global.

14. Apelamos o BAD, a CUA e a CEA a continuar a privilegiar a agenda de crescimento, a fortalecer o seu respectivo trabalho com respeito a infra-estruturas, integração regional e ajuda para o comércio e o sector privado. Apelamos o BAD a aprofundar mais a sua análise do impacto da crise, e a desenvolver um programa de acção que inclua instrumentos e mecanismos para assistir os países Africanos em colaboração com outras IFIs.

15. Salienciamos que as Instituições de Bretton Wood devem ser totalmente reformadas para que possam reflectir de forma mais adequada as realidades das mudanças económicas a nível da economia global e para que tenham maior capacidade de resposta aos futuros desafios. As economias emergentes e em desenvolvimento devem ter uma maior voz e representação nestas instituições. Acolhemos com agrado o progresso feito este ano em reformar o FMI. Notamos também o primeiro passo dado no processo de reforma do Grupo Banco Mundial, em curso, que deverá ser seguido por um maior ajustamento das acções. Realçamos o nosso compromisso para com as adicionais reformas nas Instituições de Bretton Woods para o aumento da sua legitimidade e eficácia. Tais reformas devem ter em conta os interesses dos países mais pobres e reflectir os seus distintos mandatos. Apelamos a realização de reformas que promovam uma sólida regulamentação, transparência e a prestação de contas, e que sejam executadas sem demora com o objectivo de garantir um sistema financeiro sólido que promova o crescimento global.

16. Concordamos constituir um comité de Ministros e Governadores para preparar propostas para nossa apreciação, sobre todos os aspectos relacionados com a opinião e representação de África dentro do Sistema Financeiro Internacional, e solicitamos ao BAD, a CUA e a CEA a fornecer o apoio técnico necessário ao comité.

17. Levaremos este comunicado à atenção dos Chefes de Estado Africanos na sua próxima Cimeira, bem como à atenção dos parceiros de desenvolvimento.

2009

# Relatório Da Conferência Dos Ministros Africanos Das Finanças E Planificação E Dos Governadores Dos Bancos Centrais Africanos Sobre O Impacto Da Crise Financeira Internacional (Tunis, 12 De Novembro De 2008)

União africano

União Africano

---

<http://archives.au.int/handle/123456789/3928>

*Downloaded from African Union Common Repository*